

Sociologias

Sociologias

ISSN: 1517-4522

revsoc@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Seidl, Ernesto

Sociologia da vocação religiosa: reprodução familiar e reprodução da Igreja

Sociologias, vol. 14, núm. 29, enero-abril, 2012, pp. 240-272

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86822205010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sociologia da Vocação Religiosa: reprodução familiar e reprodução da Igreja

ERNESTO SEIDL*

Resumo

O artigo tem por objeto o estudo das condições de produção social do grupo de profissionais da Igreja católica no estado do Rio Grande do Sul ao longo do século XX a partir da apreensão dos determinantes do fenômeno de construção de um “celeiro de vocações”. A análise do complexo investimento religioso no enquadramento de populações majoritariamente rurais ou semirurais, compostas por famílias muito numerosas, de forte prática religiosa e desprovidas de recursos demonstrou o sistema de fatores objetivos a agir na produção de abundantes “vocações” religiosas em indivíduos dotados de propriedades sociais bastante homogêneas. O exame das vivências e das lógicas de engajamento individual do processo de conversão religiosa, explorado através de um conjunto de relatos de profissionais da Igreja, indica a constante combinação de tarefas pedagógicas relativamente sutis e eufemizadas de construção de percepções subjetivas sobre a religião, a vocação e as oportunidades ofertadas pela vida religiosa.

Palavras-chave: Igreja católica. Vocação religiosa. Reprodução social.

* Doutor em Ciência Política. Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe – UFS (Brasil). E-mail: eseidl@terra.com.br.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

Sociology of Religious Vocation: family reproduction and Church reproduction

Abstract

This article discusses the social conditions of production of a group of professionals of the Catholic Church in the Brazilian State of Rio Grande do Sul during the 20th century, based on the apprehension of the phenomenon of a “seedbed of vocations”. By studying the complex religious investments made by the Church in framing populations from rural or semirural areas, composed by very large and deeply religious families, which lack important social resources, the analysis brings to light a system of objective factors acting in the production of abundant religious “vocations” in individuals with fairly homogeneous social properties. The combination of subtle, euphemistic tasks in the making of subjective perceptions on religion, vocation and the opportunities offered by religious life is also subject of analysis through the exam of a series of reports by religious professionals on their experiences and commitments in the process of religious conversion.

Keywords: Catholic Church, religious vocation, social reproduction

Introdução



questão de explicar em bases racionais o que não pode ser percebido pelos agentes sociais que vivenciam o fenômeno da vocação religiosa, senão como fato “humanamente inexplicável”, como algo próprio à ordem do “divino”, do “espiritual” ou do “mistério” enfrenta necessariamente um desafio: o estabelecimento de uma série de relações objetivas entre, de um lado, a estruturação social e religiosa em determinado contexto e, de outro lado, as chances de produção de percepções, em um número reduzido de indivíduos, de que possuem características

próprias e adequadas para “servir à Igreja”¹. A força das resistências ao tratamento da vocação religiosa como fato social é bom indicador da lógica de funcionamento do fenômeno, cujas manifestações somente são perceptíveis em termos propriamente religiosos de crença². Vale dizer, todo sistema de justificação de “escolha” pela profissão religiosa está construído justamente sobre sua negação, ou, mais precisamente, pela inversão entre quem é o “sujeito” e quem é o “objeto” da “escolha”. A orientação à vida religiosa ancora-se no princípio do chamamento espiritual de um indivíduo “escolhido” e não no mero “livre arbítrio pessoal” que conduz ao encaminhamento para tal ou qual profissão. Nesse sentido, a própria definição do exercício religioso não o admite como “profissão” ou “carreira”, mas como “serviço” ou “missão”. E, como já constatado, a própria recusa ao “interesse profissional”, ao lucro, ao ganho material, enfim, a todas as noções ligadas às relações da esfera econômica constitui um dos traços mais típicos da esfera religiosa (Bourdieu, 1996; Seidl, 2003).

Este texto apoia-se em conjunto de resultados de investigações sobre a estruturação da Igreja católica no estado do Rio Grande do Sul e as condições de formação de sua elite dirigente ao longo da segunda metade do século XX. Grosso modo, tratou-se da tentativa de apreensão dos determinantes do fenômeno de construção de um *celeiro* de vocações religiosas assentado sobre determinadas áreas do Estado, cujo apogeu foi alcançado na década de 1960. Neste artigo, as questões centrais remetem, em pri-

1 Sou grato aos pareceristas de Sociologias, cujas críticas e sugestões procurei incorporar na maior medida.

2 Caberia chamar atenção à própria postura refratária ou de recusa de cientistas sociais e “pesquisadores da Igreja” a ultrapassar explicações irracionais atribuídas à “vocação” religiosa. Acreditamos que isso se deva, em boa medida, ao tipo de relação estabelecida entre esses estudiosos e o universo católico (ou da religião, de modo mais amplo), muitos dos quais, inclusive, prestam serviço à instituição através de pesquisas, assessorias e outras formas de legitimação social. No Brasil, exemplos dessa perspectiva aparecem em Fernandes (2004), Gregory; Oliveira; Ceva (1969), Medeiros e Fernandes (2005), Oliveira (2005) e Serbin (2008). Sobre o problema do interesse não científico de pesquisadores da religião por seus objetos de pesquisa, consultar Bourdieu (1987).

meio lugar, a discussões acerca das condições de produção e reprodução social de um grupo profissional institucionalizado. Em especial, busca-se problematizar a temática a partir de um ângulo particular das bases da produção coletiva de adesão a um projeto implicando um engajamento total do indivíduo. Para tanto, as análises concentraram-se sobre o conjunto de engrenagens, instâncias, agentes e contextos sócio-históricos ligados ao fenômeno da vocação religiosa e, por essa via, da própria reprodução institucional da Igreja católica. Tal procedimento remeteu à tentativa de captura dos modos de imposição da crença e de sua lógica por meio do exame dos mecanismos com que a instituição católica logrou recrutar contingentes expressivos de jovens e encher seminários, institutos e conventos ao longo de décadas – fenômeno amplamente celebrado pela Igreja em ocasiões e meios diversos. Ao mesmo tempo, implicou pôr em evidência as propriedades sociais daqueles agentes e as formas como vivenciaram o processo de recrutamento e de conversão religiosa³. Cabe destacar que neste trabalho não são abordados diretamente os efeitos próprios do sistema seminarístico sobre a elaboração de projetos religiosos.

Em contraste com a visão naturalizada da relação entre o mundo católico das “colônias de imigrantes” e a adesão de muitos de seus membros a um projeto de vida religiosa, presente tanto nas fontes bibliográficas

3 O material empírico utilizado é composto principalmente por dados coletados através de entrevistas e de questionários, para os indivíduos vivos, e de fontes bibliográficas e documentais diversas (biografias, enciclopédias, notícias fúnebres, preitos de reconhecimento) para o caso dos religiosos já falecidos. Dentre o conjunto de profissionais da Igreja examinados, incluiu-se a totalidade do episcopado rio-grandense (inclusive atuando fora do estado), diretores de seminários e de institutos de formação religiosa, superiores de ordens e congregações masculinas (Maristas, Jesuítas, Franciscanos, Capuchinhos e Lassalistas), teólogos e sacerdotes, e leigos administradores em postos dirigentes (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Cáritas, Pastorais). Em especial, as entrevistas biográficas (n=51) forneceram informações detalhadas sobre diversidade de aspectos: desde indicadores sociais correntes como profissão dos pais, tamanho da família e posição na fratria, origem geográfica e étnica, até relatos consistentes sobre as condições culturais de socialização religiosa familiar e escolar.

sobre catolicismo e imigração⁴ quanto nos relatos dos religiosos, o exame detalhado das condições objetivas e subjetivas de produção da “vocação” procurou trazer à tona os efeitos da dinâmica histórico-social subjacente ao fenômeno do chamado celeiro vocacional gaúcho (De Boni, 1980). Partindo das referências ao dito processo de renovação católica levado a cabo ao longo de décadas, buscou-se demonstrar os efeitos daquela estruturação social e de suas peculiaridades culturais sobre o funcionamento do recrutamento religioso realizado principalmente entre as décadas de 1940 e 1980, período que compreende parte central das trajetórias sociais dos membros do grupo estudado.

A formação da “Nova Igreja Rio-grandense” ou “Igreja dos imigrantes”

A construção de um aparato religioso no Rio Grande do Sul esteve inicialmente apoiada em gama expressiva de ordens, congregações e institutos religiosos europeus, atraídos pela ampla oportunidade de serviços junto ao contingente imigrante que afluía ao estado desde 1824. Ao simples fornecimento básico de assistência espiritual aos “colonos” católicos, majoritariamente compostos por alemães e italianos, a presença religiosa nos núcleos coloniais desdobrou-se em complexo esquema de enquadramento social e cultural que lograria colocar sob a lógica da Igreja frações importantes do universo das “comunidades rurais” em que se ancorara a colonização. Desde as escolas paroquiais até a imprensa “alemã” e “italiana”, passando pelas organizações culturais e cooperativas agrícolas, a normatização social da conduta pública e privada na vida comunitária levaria a chancela da autoridade católica. Ao lado do contingente de religiosos e religiosas, transferiu-se igualmente grande quantidade de sacerdotes do clero secular. Somente da Itália, vieram, entre 1876 e 1930, 148 padres. Ao iniciar o século XX, o número de padres, religiosos e religiosas trabalhando no estado chegava a mais de 520, contabilizando-se, na década de 1950, 64 ordens e congregações diferentes, de procedência europeia em sua quase totalidade. Dentre aquelas, destacam-se no censo católico de 1955 a Ordem dos Capuchinhos, provida de 190 religiosos e somando 20 casas; os Irmãos Maristas, com 555 religiosos, 44 casas e uma universidade (futura Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul); os Irmãos Lassalistas, providos de 276 religiosos e 15 residências; as Irmãs do Sagrado Coração de Maria, com 642 religiosas e 80 casas; e as Irmãs de São José, dispoendo de 530 religiosas e 56 casas (Balém, 1944; De Boni, 1980; Laufer, 1957; Rubert, 1977; Zagonel, 1975).

4 Exemplos disso na literatura (inclusive acadêmica e semiacadêmica) sobre catolicismo e imigração no Rio Grande do Sul são abundantes. Entre outros, Bohnen e Ullmann (1989), Costa (1990, 1996, 1998), Costa et. al. (1975, 1976), Costa e De Boni (1984, 1996, 1998), Costa

Igreja, mundo rural e *celeiro de vocações*

Se a vocação sacerdotal é resultado de um trabalho relativamente longo de imposição de percepções sobre a vida religiosa, nas quais o “serviço à Igreja” ou “a Deus” deve aparecer primeiramente como “pensável” e, em seguida, como “chamado”, é necessário identificar as diferentes instâncias a agir nesse processo, assim como o papel desempenhado por cada uma delas (Suaud, 1974; 1976; 1978). Tal procedimento pressupõe que “os interesses dos que aderem pessoalmente a um projeto só se realizam completamente ao se combinar com interesses coletivos que são ao mesmo tempo os dos padres e os dos grupos sociais de leigos que lhes reconhecem” (Suaud, 1978, p. 10). A se destacar, em primeiro plano, está a configuração de uma estrutura social fundamentalmente agrária, centrada na pequena propriedade agrícola, cujas elevadas taxas de fecundidade produzem famílias com grande número de filhos⁵. De par com esses dados, dois outros aspectos são cruciais para a explicação do recrutamento sacerdotal: de um lado, a baixa probabilidade de acesso à escolarização além do ensino fundamental devido às deficiências de cobertura do sistema escolar secundário público e à impossibilidade de optar pelo ensino privado; e, de outro, uma alta valorização social da religião católica, de práticas religiosas e das profissões relacionadas à Igreja.

e Marcon (1988), Manfroï (1991), Mocellin (1996), Rabuske (1978a, 1978b, 1989), Ribeiro (1996) e Santin (1986). Esforços mais isentos e objetivistas podem ser encontrados em Azzi (1993), Beozzo (1987), De Boni (1980), Kreutz (2001) e Marin (1993). Sobre o problema do tratamento e uso deste material como objeto e fonte de informações, consultar Coradini (1998 e 2003) e Seidl (2008b).

5 Conforme dados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), até inícios dos anos 1980, mais da metade dos seminaristas brasileiros provinha de zonas rurais e tinha origens sociais baixas. Cf. CNBB (1984).

Pode-se, assim, apontar uma relação direta entre o surgimento majoritário de vocações religiosas em meio a famílias numerosas de pequenos ou médios proprietários agrícolas e a orientação de seus jovens filhos aos seminários menores como estratégia mais segura de reprodução social⁶. Ou seja, frente a baixas probabilidades de manutenção do patrimônio econômico familiar e à exclusão do sistema escolar secundário, esses indivíduos apresentavam chances muito maiores de interiorizar sua condição social objetiva de forma atenuada ao renunciar voluntariamente a todo tipo de bem material (e também ao matrimônio) e optar pela vida religiosa, a qual, de alguma forma, estivera presente desde cedo no interior do grupo familiar e seria devidamente trabalhada pelo sistema pedagógico do seminário menor.

Ao mesmo tempo, ao deixar a família e se dirigir ao seminário, o filho ou os filhos de agricultores ou de membros de outras categorias sociais ligadas a atividades agrícolas apontavam uma solução desejável aos problemas de dilapidação de um capital econômico precário e constantemente ameaçado pela necessidade de sucessivas divisões entre herdeiros numerosos. Ao anular a pretensão de um ou mais dos filhos à posse dos bens em compensação por um investimento escolar e uma futura carreira oferecendo segurança por toda vida, não apenas reduzia-se a repartição material dos recursos familiares, mas também todo o grupo se beneficiava – por meio do “filho condenado a deixar a terra” e a permanecer solteiro⁷ – do acúmulo de recursos culturais, das redes de relações e da notabilidade, vis-à-vis a seus conterrâneos, adquiridos pelo “filho destinado à Igreja”.

6 Embora mais diversificadas e, sobretudo, mais urbanas, as origens sociogeográficas do clero paroquial paulistano também são predominantemente baixas, como mostra Pierucci (1996).

7 Sobre as relações entre condição camponesa e mecanismos de reprodução social no campo (estratégias sucessórias, matrimoniais, celibato), consultar Bourdieu (2002) e Garcia Jr. (1990).

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

Em primeiro lugar, cabe observar com maior precisão algumas propriedades sociais dessas famílias que forneceram um ou mais filhos ao corpo profissional da Igreja a partir dos dados coletados sobre cerca de uma centena de indivíduos, em sua maioria sacerdotes e bispos, cuja socialização religiosa deu-se entre as décadas de 1940 e 1970⁸. Tomando em conta, de início, o tamanho das famílias de que provinham, confirma-se o fundamento de percepção corriqueira em zonas rurais, segundo a qual “de famílias grandes sempre sai um padre”. Ao se somar o número de indivíduos cujos pais tiveram 7 ou mais filhos, chega-se à cifra de 71,57%. No entanto, subdividindo-se esse grupo entre, de um lado, pais com mais de 7 filhos e, de outro, pais com 10 ou mais filhos, vê-se que o segundo grupo apresenta percentual muito expressivo (47,36%), ao passo que o outro fica em 24,21%. Confrontados com os dados válidos para todo o estado, observa-se acentuada discrepância em relação à média encontrada no período equivalente⁹. É importante considerar, portanto, que, dentre o grupo de famílias dos religiosos, mais de dois terços das mães deram à luz não apenas um número de filhos significativamente maior do que a média das mulheres gaúchas durante os anos 50 (no mínimo, dois filhos a mais), mas, também, que mais de 40% daquelas tiveram um número de filhos duas vezes ou mais superior ao do conjunto das mães no estado.

8 É preciso destacar a inexistência de estudos históricos sistemáticos sobre a origem do clero no Brasil, fato que dificulta comparações mais precisas ou abrangentes. Entre os raros trabalhos disponíveis, está a pesquisa de Pierucci (1996) sobre o clero secular da arquidiocese de São Paulo no início dos anos 1980 e o de Miceli (1988) sobre o episcopado da República Velha.

9 Na década de 1930, a taxa total de fecundidade estava acima de 6 filhos, baixando ligeiramente para 5 filhos na década de 1950 e mantendo-se nesse patamar até inícios da década seguinte, para a partir daí cair de 4,9 para 2,4 filhos nos anos 90. Ao se comparar as taxas de fecundidade total no Rio Grande do Sul com aquelas em nível nacional, vê-se que as primeiras sempre foram menores ao longo do século XX. Entre os anos 50 e 80, o número médio de filhos por mulher na região apresentou, em geral, em torno de um filho a menos que as mulheres do conjunto do país, porém convergindo durante os períodos seguintes. Cf. Jardim e Bandeira (2000).

Quadro I. Tamanho da família de religiosos (bispos, padres, ex-padres e leigos) nascidos até a década de 1950

Nº filhos	Nº (n=95)	%
1-3	05	5,26
4-6	22	23,15
7-9	23	24,21
≥ 10	45	47,36
Total	95	100,00

Fonte: Elaboração com base em entrevistas, questionários e miscelânea.

Se a indisponibilidade de métodos contraceptivos até pelo menos meados dos anos 70 ajuda a explicar taxas de fecundidade tão elevadas, não se deve desconsiderar os efeitos da moral religiosa sobre a prática sexual, a organização familiar e a concepção. Como aponta Lambert (1985) a respeito da civilização paroquial, a ideia de que cada filho nascido deveria ser encarado como “dom dado por Deus” reforçava a resignação dos casais frente ao não controle de sua fecundidade e afirmava a visão da procriação como “finalidade natural do casamento”. É dentro dessa mesma lógica que se coloca a naturalidade em se ter um dos filhos “chamado por Deus” ou voluntariamente “entregue a Deus”, como forma de retribuição da “graça” de tê-lo concebido, amenizando-se assim parte dos sofrimentos causados pela ruptura brusca dessas crianças com seu meio familiar.

Nesse ponto, há que se pôr em relevo o papel de agentes religiosos, como o pároco, os sacerdotes e os irmãos missionários, alguns ainda não ordenados, ou os professores paroquiais, tanto em tarefas de inculcação de uma ética familiar católica assentada em princípios obviamente estratégicos à reprodução institucional da Igreja, quanto naquelas que possibilitassem a elaboração de um projeto social distinto para um ou mais dos membros da família através da carreira religiosa. O longo trabalho de divulgação da “vida religiosa” realizado em situações diversas pelos agentes mencionados ocupa espaço determinante entre os mecanismos de recrutamento sacerdotal.

Dentro das funções centrais executadas pela figura-chave do vigário, a mobilização constante das famílias sobre a necessidade de manutenção dos serviços da Igreja por meio do “surgimento de novas vocações” tinha impacto significativo na incorporação, pelos pais e pelos próprios filhos que iam à missa desde muito pequenos, dessas necessidades institucionais religiosas como verdadeiras possibilidades sociais, embora nunca vividas subjetivamente como tal. Por sua vez, os missionários encarregados especificamente do trabalho de ir aos lares e às escolas para “descobrir vocações” valiam-se de maneira privilegiada do expediente de visitas regulares às comunidades rurais. Seus instrumentos básicos consistiam em falar da “beleza” da carreira religiosa e dar testemunhos contundentes nesse sentido, explicar o valor do estudo ao qual os jovens teriam acesso, sem excluir, no entanto, uma vida em grupo repleta de diversões próprias à idade, especialmente o futebol.

Pelos depoimentos colhidos, as técnicas utilizadas para produzir percepções de vocação religiosa nos jovens e em seus familiares pareciam seguir, em geral, um mesmo modelo baseado no uso repetido de sugestões traduzidas em frases como “ah, mas você tem cara de padre!”, “já pensou em ser padre?”, “numa família tão grande e bonita, vai sair algum padre”, entre outras. Em diversos casos, o mapeamento prévio das famílias potencialmente “vocacionadas” seguia orientações dadas pelo padre local ou fora previamente realizado por oportunidade de visitas anteriores, centrando-se, a partir daí, um trabalho mais intenso em determinados lares.

Tinha muito contato com Irmãos Maristas e eles iam muito lá em casa; e tinha um Irmão que trabalhava com vocações, e ele fazia muita propaganda, muita coisa, quase parecia que forçava a gente a entrar, e a gente não tinha uma decisão e ficava meio..., mas ele motivou a gente a pensar que pode escolher um estado de vida etc; neste meio-tempo escolhi esta [....]. (Padre religioso, 67 anos, filho de agricultores, 7 irmãos).

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

P – E como foi este convite? Eles já estavam sabendo que o senhor tinha manifestado uma vontade?

R – Sim, eles sabiam, ou talvez. Nova Bassano tinha padres Carlistas, então, claro, tenho a impressão, mas isto é mais por ter ouvido dizer o que o padre dizia pra mãe: ‘escuta, numa família tão grande assim, ninguém mais quis ser padre?’ Então, a mãe teria feito aquele convite pros rapazes: ‘quem de vocês vai?’. Depois que eu manifestei a intenção, a mãe deve ter falado para o padre, pároco de N. B. Ele era carlista. Duas razões me levaram a ser carlista: porque o pároco era de lá, porque quem se aproximou de mim, quando eu estava na fase de decisão foram padres carlistas; e porque o seminário de G. era mais próximo do que o seminário de V. G. dava 20, 30 quilômetros, qualquer coisa por aí. V. dava um pouco mais, não muito mais [risos]. Então, isso determina que a gente tenha entrado no seminário. (Bispo diocesano, dois irmãos sacerdotes, outro irmão deixou o seminário durante Vaticano II, estudos de filosofia e teologia em Roma).

Aprender a religião desde o berço

A continuidade dessa ação pedagógica por parte das famílias potencialmente “vacionadas” era crucial ao rendimento do trabalho de elaboração de projetos de vida religiosa junto aos numerosos filhos. Como aponta Suaud (1978, p. 66), além das “funções essenciais de reprodução biológica, da transmissão cultural e do controle ideológico, a família apresentava as condições necessárias para servir de extensão” ao trabalho dos religiosos. Embora as técnicas de “identificação” de vocação empregadas pelos missionários pudessem desencadear processos de construção de uma imagem “marcada” tanto na própria criança quanto nos familiares, é necessário destacar o papel dos pais em levar adiante, no cotidiano, tarefas de reforço e melhor definição dessa “marca vocacional” ainda não apresentada de modo suficientemente claro.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

Ao lado de modos mais ou menos formalizados de transmissão de uma cultura religiosa através de elementos como a decoração da casa (estátuas, crucifixos, quadros), práticas de oração em família, frequência a celebrações e a eventos “extraordinários” como as procissões, novenas, catequese, leituras da bíblia, de pequenas biografias de santos e histórias religiosas exemplares – abundantes nos jornais católicos que circulavam –, o questionamento dos filhos, geralmente a partir dos oito anos de idade, sobre o desejo de ser padre constituía maneira poderosa de iniciar a transformação de condição social e recursos culturais em projeto religioso. Ao mesmo tempo, o envio usual dos filhos homens ao seminário menor, portanto, o fato de comumente ter-se um irmão mais velho seminarista, também exercia influência considerável na possibilidade de introjeção de um destino fora da agricultura.

É claro, eu sei como as coisas aconteceram, mas a raiz mesmo, o ponto de partida, não é tão fácil. Eu lembro que desde criança eu dizia que ia querer qualquer coisa de diferente. Depois, talvez porque eu sabia que meu irmão capuchinho, que é dez anos mais velho que eu..., quando me descobri por gente, ele já estava no seminário. Naquele tempo não se voltava para casa. [...]. Um dia a mãe reuniu a turma toda e disse: ‘Vamos ver, vocês querem ir pro seminário, né?’ O pai estava de acordo que eu fosse pro seminário, mas não dava para deixar todo mundo. Então, no meio de uma certa incerteza, ou sei lá o que foi, o mais velho disse pro que logo vinha depois dele: ‘Vai tu!’ Virou para o primeiro e queria terminar a coisa por aí. E eu me lembro que achei aquilo muito ruim. Eu estava sentado até fora da roda quando se decidiam as coisas importantes, e vendo que tinha acontecido aquilo, eu me lembro que me botei de pé e disse: ‘Então, pro seminário vou eu’. Eu tinha dez anos [risos], mas saí dali convencido. [...] Mas, na verdade, eu entendia pouco, porque tinha dez anos. Não que fosse uma coisa..., mas eu segurei aquilo como um compromisso, tanto mais quando meu pai chegou e disse o seguinte: ‘Olha, meu filho, eu te deixo ir

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

para o seminário, mas não me vai fazer uma palhaçada, porque se tu quer ir, vai, mas não vai lá e volta para casa', etc. e tal. (Bispo diocesano, clero religioso, 67 anos, 11º entre 14 irmãos, filho de agricultores, dois irmãos sacerdotes, outro irmão deixou o seminário durante Vaticano II).

Se a condição camponesa se apresenta como *status* social amplamente predominante entre as famílias em que são recrutados os futuros religiosos e é determinante na elaboração de seus destinos sociais, há que se dimensionar o peso da socialização familiar na inculcação religiosa desses jovens que se sentirão “chamados pela Igreja” em algum momento da vida¹⁰. Por outro lado, não se pode deixar de tomar em conta a posição destacada da profissão religiosa na hierarquia social das profissões vigente no contexto enfocado e toda notoriedade encarnada especialmente pelas figuras do pároco e do vigário, cuja posse de uma série de recursos distintivos (cultura, experiências, relações pessoais, símbolos religiosos) marcava distância considerável frente ao “mundo da roça e da enxada”, do “trabalho pesado”. Em relação ao meio em que se movimentavam, esses homens da Igreja encarnavam, como fartamente registrado, uma via de ascensão palpável e ambicionável.

A reconstituição das lógicas de engajamento ou de adesão a um projeto vocacional apresentado por esses agentes religiosos aponta padrão altamente homogêneo quanto às condições de surgimento da vocação religiosa e à posterior decisão de ingressar no seminário ou em casas de formação. Com raríssimas exceções, as descrições das práticas religiosas da família e de suas relações com a Igreja católica jamais deixam de associar essa intensidade devocional e proximidade dos familiares com a instituição ao desenvolvimento de um interesse de um ou mais dos filhos

10 Para uma descrição detalhada das condições de socialização religiosa precoce no meio familiar na Bretanha, ver o extenso trabalho de Yves Lambert (1985, esp. p. 51-55).

pela vida religiosa¹¹. Se a construção das *biografias religiosas* desses agentes costuma passar pela localização de momentos precisos de “despertar da vocação” (primeira eucaristia, procissões, missa, visita de religiosos), a família é apontada como base comum e anterior a qualquer fato concreto que indique o desejo de ser padre. Portanto, não se trata apenas de “famílias católicas”, mas de ambientes impregnados de religião que explicariam a “naturalidade” de indivíduos nascidos e criados numa tradição de reverência ao religioso nele encontrarem um destino. Embora muitas vezes sejam elencados acontecimentos pontuais que definiriam a opção sacerdotal, quantidade expressiva de relatos indica vivências imemoráveis de um “desejo de ser padre” (“eu sempre quis ser padre”, “minha mãe diz que desde criancinha eu falava em ser padre”), ou então de decisões tomadas quando muito jovem.

Olha, nem saberia situar exatamente o momento, mas desde criança a minha mãe dizia que eu sempre quis ser padre. Talvez o que me influenciou bastante foi o padre P., que era um homem gordo que vinha lá da capela. Antes de ir rezar, ele cumprimentava, conversava e tudo, e eu achei simpático. [...] Uma vez minha mãe me levou em Vila Flores, onde havia o seminário dos capuchinhos. Aí eu vi todos os seminaristas na procissão, alguns carregando bichinhos, e depois os freis com barba, cordão, terço e sandália; e depois havia o X, que rezava missa numa capela próxima onde eram os capuchinhos; ele era muito amigo meu, e aí sim, aí eu decidi mesmo ir para os capuchinhos. O padre A. era muito amigo do meu pai e queria que eu fosse para o secular,

11 Uma pesquisa junto aos seminaristas do Rio Grande do Sul em 2001 indica a manutenção do papel central da socialização em âmbito familiar e da intervenção dos agentes religiosos mais próximos entre os condicionantes do processo vocacional. Perguntados sobre as “pessoas que mais influíram no surgimento da vocação”, 18,36% apontaram a mãe, 13,36%, o pai, 12,68% indicaram o padre de sua paróquia e 11,69% assinalaram o padre animador vocacional. Cf. CNBB (2001).

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

então o pai, ele gostava mais dos capuchinhos, mas não queria desagradar o padre A. Então ele me perguntou: 'Você não quer ir nos seculares? É melhor'. Eu disse: 'Não, pai, eu quero ir para os capuchinhos'. (Padre capuchinho, 48 anos, último filho entre 17, pai alfabetizado, mãe analfabeta).

Salvação social e salvação religiosa

[...] então está dentro desta lógica; muita gente, sem saber, foi para seminários para poder continuar a sua carreira intelectual, ter uma formação melhor. E então já se dizia que queriam estudar para padre, mas depois eles caíam fora. (Ex-padre jesuíta, professor universitário, filho de agricultores, último filho entre 12, quarta geração de imigrantes alemães).

Em que pese o fenômeno da vocação religiosa ser concebido sob a ótica da “graça”, do “dom inato”, sua dimensão “cultural” ocupa posição destacada nas representações dominantes dos religiosos. Isto é, por mais central que seja a noção de fenômeno sobrenatural e que ultrapassa a mera vontade do indivíduo, jamais ela é reduzida a seu aspecto inapreensível. Ao mesmo tempo em que as narrativas que dão conta de suas razões a situam no nível do “divino”, nenhuma delas deixa de enquadrá-la num contexto concreto determinado por questões “sociais” e “culturais”, fato que explicaria por que o entorno familiar e escolar desses indivíduos é invariavelmente apontado como elemento indispensável à manifestação do “desejo de Deus”¹².

12 Esses elementos encontram eco nos estudos de Suaud (1974, 1976, 1978) na França dos anos 1970 e no trabalho de Esquivel (2007) acerca do episcopado brasileiro e argentino e, ainda, em pesquisa vocacional da CNBB (2001) com seminaristas brasileiros, no início dos anos 2000.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

Como visto, mesmo que em muitos casos uma clareza sobre o que era a vida religiosa surgisse nos jovens recrutados somente durante os anos de estudo no seminário menor ou equivalentes, a infância vivida sob o “signo da religião” e o surgimento do “desejo de ser religioso” são sempre localizados num momento anterior, sob pena de pôr a claro de modo brutal os mecanismos sociais a agir na elaboração do futuro social desses indivíduos. Não obstante, as formas de naturalização do processo de transformação de uma situação social relativamente precária em destino religioso apresentam variações significativas. Nenhuma exclui, porém, a devoção religiosa como herança familiar. Assim, embora se encontrem exceções, percebe-se tendência acentuada de religiosos dotados de maiores recursos culturais e situados mais próximos do polo intelectual, sobretudo religiosos com ocupações universitárias (professores e administradores), elaborarem seu trajeto social em termos menos marcados pelas construções da pedagogia religiosa e se aproximarem, assim, de uma auto-objetivação sociológica.

P – Como o senhor acha que foi essa decisão de os seus dois irmãos entrarem no seminário?

R – Ah, isso é uma coisa muito lógica; uma família muito religiosa, muito praticante; os vigários, o vigário primeiro, o padre X, depois os outros, eram todos jesuítas e tínhamos uma ligação muito grande com a religião; então, era uma coisa normal. E, na época, tem um outro fator que não é o fator, vamos dizer, aparente de decisão de ir pro seminário; não tinha outra opção, como é o caso que eles falam, por exemplo... é isso aí, a única opção de continuar a estudar depois da escola primária é ir pro seminário ou permanecer na paróquia. (Ex-Jesuíta, professor universitário, filho de agricultores, último filho entre 12, uma irmã religiosa, dois irmãos padres e um terceiro ex-seminarista).

A nomeação de um “verdadeiro” fator de decisão de ida ao seminário em oposição a um fator “aparente” não põe em xeque o fundamento da vocação, dado o êxito do trabalho de inculcação religiosa iniciado

pela socialização familiar e escolar e levado a termo nas etapas propriamente seminarísticas de aprendizagem de um *habitus* religioso/corporativo, que não permite a convivência de percepções antagônicas sobre o projeto religioso. Vale dizer, a noção retrospectiva sobre as condições quase inevitáveis de uma opção social e profissional cheia de consequências sobre suas biografias – com todas contradições aí implicadas – não invalida o conjunto de crenças relativas a uma “vocação real” e culturalmente “bem fundamentada”. Elimina-se, desse modo, qualquer tipo de argumento que veja cinismo ou mentira nas racionalizações sobre a vivência vocacional. Mesmo nos casos em que emerge a violência de um destino social mal controlado – ameaça de ruína familiar, ausência de perspectiva de melhor escolarização e de superação da condição social de origem –, os efeitos do trajeto profissional e, em particular, da posição a partir da qual esses agentes descrevem o passado, sobre a reconstrução das condições sociais objetivas de ingresso na vida da Igreja excluem qualquer visão negativa (declarável) das injunções que acabaram lhes possibilitando carreiras seguras.

P – O seu pai se estabeleceu em Garibaldi, então. Trabalhava numa empresa?

R – Não, trabalhava era aqui, era ali; trabalhava de ajudante de pedreiro, entende? Essas coisas muito simples na década de 30; era muito claro, era muito seguro e não havia grande escolha de trabalho. E aí, graças a Deus e graças à visão dos meus pais, me encaminharam para a escola dos Irmãos Maristas, em 1931. Praticamente aos 10 anos; e é aí que eu aprendi a ler e aprendi a ir para a frente, porque antes disso a minha família andou migrando por esse Garibaldi de Deus; e, em seis anos, nós mudamos sete vezes. [...] quer dizer, não tivemos terra do governo, não tivemos nada, tivemos ajuda de gente boa: a ideia de me colocar no colégio dos Irmãos, assim como meu mano também. [...], de nos dar uma formação, de nos dar uma instrução. (Irmão Marista, 80 anos, 1º filho entre cinco, doutor em Letras, pós-doutorado em Filologia

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

na Espanha, ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura e da Academia Rio-grandense de Letras).

Se o sistema escolar religioso no período ajustava-se perfeitamente tanto às propriedades quanto às necessidades sociais de famílias dispondo de recursos econômicos limitados, a situação improvável de recrutamento de jovens não destinados pelos pais à carreira na Igreja podia conduzir a uma inversão completa do papel da instituição, passando de salvação a ameaça. Dentre o volumoso material coletado especialmente através de entrevistas, encontramos somente um caso de ingresso no seminário como estratégia de escolarização explicitamente declarada. Os elementos que fornece interessam por várias razões. Em primeiro lugar, trata-se do único filho homem de uma família de apenas dois filhos, cujos pais eram pequenos agricultores da região de colonização alemã e se dedicavam à cultura do tabaco. Além dessa diferença significativa no tamanho da família em relação ao conjunto do clero examinado, destaca-se uma descrição das práticas religiosas familiares em termos que contrastam amplamente com a ênfase dada a essa dimensão nos outros relatos através de frases entusiásticas (“era uma família normalmente religiosa, não exageradamente religiosa”). Tais aspectos conjugam-se com um ambiente familiar desfavorável à perspectiva de não continuidade do filho com a atividade dos pais, sendo ele o herdeiro evidente da propriedade e não se colocando problemas de prole extensa que ameaçassem a manutenção dos recursos econômicos familiares.

Eu nasci debaixo de um pinheiro, me criei no meio do tabaco, do fumo. Então, lá em P., nós pertencíamos, no início, à catedral. Então, mais tarde, surgiu a paróquia de L. S. C. [...]. Quando eu era criança, nós éramos visitados pelos padres jesuítas de S. C., que vinham uma vez por mês e ficavam dois dias, e tinha duas tardes, então, de catequese. [Meu pai] era agricultor, portanto, a principal produção era o

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

fumo. E eu também me criei no meio do fumo. Então, como eu não gostava do fumo, eu fui ser padre.

De fato, a comunidade onde nasceu esse futuro frade e bispo franciscano era uma região atendida pelos padres jesuítas e ali já haviam sido recrutados outros religiosos, dentre os quais, outro futuro bispo. No entanto, a incorporação de um destino religioso por esse jovem que afirma não querer levar adiante a profissão dos pais na agricultura sequer chega a ser apresentada como tal (“eu não tinha cara para ser padre”, “não podia ouvir falar que eu ia ser padre”). Pelo contrário, é expresso praticamente em termos de “fato inevitável”, na medida em que o jovem vislumbra a ausência de alternativas fora do sistema escolar da Igreja. A única escola da região a oferecer estudos além do nível primário destinava-se aos membros de famílias melhor posicionadas e excluía os filhos de pequenos agricultores, fadados a limitar sua escolarização e seguir nas atividades agrícolas e afins ou, então, optar pelos numerosos seminários menores espalhados pelo estado. O relato a seguir informa, ainda, sobre aspectos importantes do uso do sistema escolar seminarístico como mecanismo de ascensão social ao indicar claramente a existência de percepções que o situam como estratégia de escolarização, sem implicar adesão definitiva à instituição católica. O conhecimento precoce das possibilidades escolares ao alcance, reforçado em boa medida pelo próprio trabalho de divulgação vocacional realizado por agentes religiosos, tem aqui papel central na definição por um “refúgio escolar” que, como planejara nosso interlocutor, lhe serviria para realizar seu “desejo de estudar” e de escapar definitivamente à lavoura de tabaco.

P – E esta história de não gostar de trabalhar e querer então ser padre?

R – Isso é natural. Um guri assim não gosta de trabalhar. Eu sempre gostei de estudar, então, aconteceu que o meu

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

primo veio para o seminário e eu tinha terminado o quinto ano do primário, e era o que mais se podia fazer; querendo estudar tinha que ir para o colégio X [dos Irmãos Maristas]. Então ele veio de lá de T. e disse: 'Por que tu não vais lá junto comigo? Vamos lá, não fica padre, mas estuda'. E eu já tinha pensado na ideia de ser padre. Eu tinha dado nome para isso, mas eu não levava muito a sério, não tinha cara para ser padre. Então, um período depois que eu tinha dado o meu nome, eu escapava quando falavam disso, não queria ouvir que falassem que eu ia ser padre. Mas aí, de repente, tive que trabalhar na roça. Eu disse: 'Eu quero estudar'. E então ele disse: 'Então vamos lá'. Então, eu mesmo com ele, escrevemos uma carta para o diretor do Seminário X, de T., dizendo: 'Eu quero ir para o seminário, o senhor me aceita?' E ele respondeu: 'Eu aceito'. Aí mandou todas as exigências, o que a gente deveria levar... Então eu fui para o Seminário em T., para os franciscanos, sem nunca ter visto um franciscano. (Bispo diocesano, 65 anos, doutorado em Teologia em Roma, ex-Superior Provincial dos Franciscanos).

Famílias católicas e capital religioso

A análise das condições de transmissão de um tipo de capital cultural com um componente fortemente religioso dentro da esfera familiar aponta uma observância sacramental e ritualística que se conjuga em alto grau com o envolvimento direto de membros do grupo na administração da vida religiosa local. Tais ligações tendem a marcar definitivamente a família como “católica” e a representar uma modalidade de capital relevante na dotação global de recursos disponibilizáveis por essas clientelas preferenciais da Igreja. A integração das famílias dos futuros jovens recrutados no esquema religioso local dava-se geralmente através de formas mais intensas do que a mera participação celebrativa. Se a dinâmica social do processo de colonização das áreas em foco definiu amplo espaço à

participação leiga na formação e gestão de parte importante da instituição católica, os laços estabelecidos por alguns grupos com a vida religiosa local e seus agentes tiveram resultados muito concretos no desenvolvimento do sistema de recrutamento religioso.

Muitos dos pais, por exemplo, executavam serviços como sacristão junto à paróquia e doavam parte de seu tempo a atividades subalternas de gestão dessas pequenas unidades institucionais da Igreja, situando toda família num comprometimento explícito com a religião¹³. Igualmente, vê-se frequência importante de religiosos cujos pais ou avós exerceram atividades destacadas na organização da vida comunitária e tiveram alguma proeminência em meio ao colonato na condição de “líderes comunitários” ligado à constituição de cooperativas e sindicatos vinculados à Igreja. De fato, o entretenimento de relações estreitas com agentes religiosos por parte do grupo familiar nuclear ou amplo contribuía ao reforço de percepções que revelariam ligações ancestrais com a Igreja e com a religião, a ver pelas reações praticamente unânimes desses religiosos quando perguntados sobre o tema “família e religião” (“família muito comprometida”, “desde sempre esteve envolvida na Igreja”, “já os meus avós trabalhavam para a Igreja”, entre muitas). Desse modo, mesmo nos casos minoritários de grupos familiares extensos sem nenhum outro membro profissional da religião, quase sempre é posta em relevo participação religiosa em algum nível (“auxílio na organização paroquial”, “nas festas”, “doações”, “participação no coral”).

Os numerosos depoimentos de religiosos que dão conta de relações de “amizade” entre seus familiares, sobretudo os pais, e o clero local são muito reveladores sobre formas menos ostensivas de recrutamento. Nesse

13 Destaca-se, em especial, o exercício do cargo de fabriqueiro – mas também de organista, construtor, benfeitor –, espécie de ecônomo encarregado das questões administrativas e materiais da estrutura institucional existente na área e homem de confiança das autoridades religiosas (Kreutz, 2001; Seidl, 2008a).

sentido, a presença marcante das ordens, congregações e institutos religiosos desde os inícios da colonização no estado, em contextos de baixa escolarização, fortemente pautados pelo catolicismo e étnica e culturalmente identificados com aqueles agentes da Igreja, favorecia a criação de laços que, em alta frequência, resultavam na adesão religiosa de jovens oriundos dessas famílias próximas às instituições católicas.

Se não há dúvida quanto aos benefícios simbólicos extraídos de relações privilegiadas com indivíduos portadores de cultura muito superior à da grande maioria da população e valorizados pela autoridade que detinham, as possibilidades dos jovens usufruírem os recursos escolares e a legitimidade postos à disposição por esses religiosos através de suas casas de formação abriam perspectivas favoráveis à criação e manutenção daqueles vínculos. A frequente presença física de agentes religiosos dentro de lares onde a religião já se impunha por meios diversos e a possibilidade privilegiada de demonstração das “vantagens” da vida religiosa a pais e filhos funcionaram como expedientes efetivos no processo de consolidação institucional católica, ao comprometer frações importantes das comunidades na realização de um “projeto de Igreja” (De Boni, 1980). Neste, era central a contribuição prestada pelas “famílias católicas” sob registros que iam do engajamento a título colaborativo na vida paroquial, das doações e empenhos pessoais ao erguimento material da instituição, até o fornecimento de recursos humanos ao quadro religioso através do direcionamento dos filhos às escolas preparatórias.

As vantagens extraíveis da disposição desse capital de relações na esfera religiosa, muitas vezes acumulado pelo grupo familiar dentro da Igreja antes mesmo do ingresso ou da ordenação de algum de seus membros, também se tornariam visíveis ao longo dos percursos profissionais de muitos clérigos que ascenderam a postos de direção na instituição. Desse modo, mantinha-se a base dessas relações que, pelo lado dos leigos,

acenavam com garantias de escolarização e ascensão social dos descendentes e, pelo lado da Igreja, indicavam possibilidade de investimentos mais seguros em indivíduos “confiáveis” que seriam longamente treinados para ocupar cargos de comando na estrutura eclesiástica. A investigação em profundidade dos mecanismos de recrutamento e seleção dos altos dirigentes eclesiásticos, em especial do episcopado, apontou peso importante da intervenção de um capital religioso baseado na posse de relações pessoais, acumulada em ampla medida via grupo familiar, na elaboração de carreiras consagradas. Seus efeitos podem ser percebidos em vários momentos cruciais da carreira religiosa, como, por exemplo, na oferta de possibilidades especiais a determinados alunos, na modalidade de envio precoce para estudos em Roma – um dos principais trunfos da carreira¹⁴ –, indicações para realizar cursos e especializações, convites para cargos e funções de confiança próximas às esferas da alta administração e do poder (secretário pessoal ou ajudante de bispos).¹⁵

De forma semelhante ao que ocorre em outras instituições sociais e em algumas profissões (forças armadas, alta burocracia, diplomacia, magistratura, medicina), a “antiguidade” do pertencimento familiar e a proximidade com as instâncias eclesiásticas de poder seguramente constituíram trunfo não desprezível na composição de carreira dos futuros religiosos. A concepção de que alguns indivíduos pudessem ter convicções religiosas mais “sólidas” – portanto, “perseverar” mais facilmente na opção de vida e permanecer “fiéis” à hierarquia –, em decorrência de laços mantidos com a religião por gerações, não raramente tinha sua contrapartida no fortalecimento da cumplicidade entre Igreja e famílias

14 Com respeito ao peso da circulação pelo exterior nos destinos profissionais desses agentes, ver Seidl (2009).

15 Esta dimensão é melhor explorada em Seidl (2003, espec. cap. 3 e 5).

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

católicas através da responsabilidade delegada a alguns jovens nos quais a instituição investiria com vigor. Se o “celeiro vocacional” longamente construído na região de colonização do Rio Grande do Sul estava aberto a todo jovem católico, está claro que determinados grupos representavam uma base especialmente segura ao recrutamento da Igreja.

Eu tive uma influência de um amigo da família que era um jesuíta, o falecido B. R., que inclusive era professor na Universidade Federal, e como ele era amigo da família [...] eu tinha sempre uma vontade de estudar e por isso eu não só estudei filosofia quando era possível, como também comecei a faculdade de pedagogia, e quando se me ofereceu a possibilidade de estudar na Alemanha, eu logo aceitei. (Padre secular, ascendência alemã, ex-seminarista Jesuíta, filho de agricultores, doutorado em Teologia, Münster, alto cargo em universidade católica).

Considerando a incidência dos mecanismos de atração à carreira religiosa sobre famílias com número muito elevado de filhos, a alta frequência do ingresso de mais de um deles no sistema escolar da Igreja enquadra-se na busca socialmente legítima de recursos culturais que possibilitem a reprodução mais segura do grupo. Dentre os vários filhos a serem enviados, cada um a sua vez, a “tentar a vocação” nos seminários, institutos e conventos, pelo menos algum deveria realizar uma ascensão através da religião. No entanto, o fato de possuir irmãos ou parentes estudando ou já trabalhando para a Igreja precisa ser dimensionado além de seus aspectos mais evidentes de influência na transmissão de uma cultura religiosa e de inculcação de projetos vocacionais.

A existência de famílias ou grupos familiares com diversos membros dedicados ao serviço religioso constitui, de fato, traço marcante dentro do clero gaúcho. Ao investigar o material escrito e, em especial, questionar os entrevistados sobre a existência de parentes do grupo nuclear ou amplo dedicados profissionalmente à Igreja, as respostas positivas chegaram a

cerca de 90%. Entre 66 profissionais ou ex-profissionais religiosos para os quais dispusemos de informações, 36 (54,54%) possuem/possuíam algum irmão ou irmã que pertence ou pertenceu ao quadro institucional da Igreja; e 23 (34,84%) afirmaram ter ou ter tido parentes religiosos somente em meio ao grupo familiar amplo.

O grupo de bispos nascidos no Rio Grande do Sul fornece ideia bastante clara sobre o intenso entrelaçamento de grupos familiares com carreiras religiosas¹⁶. Assim, se tomarmos em conta 43 prelados gaúchos, em atividade ou eméritos, para os quais dispusemos desse tipo de dados, vê-se que todos apresentam parentes integrados oficialmente à Igreja católica e que mais da metade (28) desses bispos têm ou tiveram irmãos ou irmãs de vida consagrada; sem contar, obviamente, aqueles que apenas passaram por seminários ou conventos sem permanecer na instituição. Se a intensidade das práticas religiosas familiares e a proximidade com a instituição têm relação direta com a quantidade de membros passíveis de serem recrutados pela Igreja, o altíssimo número de filhos recrutáveis aí encontrado é, sem dúvida, fator preponderante. Em que pese a ausência de dados mais representativos para clérigos de outras regiões do país, uma indicação dessa correlação pode ser encontrada ao se comparar a origem geográfica, o tamanho das famílias de origem e o envolvimento de parentes dos bispos nascidos em Minas Gerais, estado com maior número absoluto de prelados do Brasil, com as informações sobre bispos do Rio Grande do Sul (quadro II). Ao cotejar os dados, observa-se não apenas que os prelados mineiros vêm em menor grau de regiões rurais (entre dez bispos, seis nasceram em cidades), mas também de famílias menos numerosas que as de seus homônimos gaúchos. Por outro lado, se no

16 De acordo com os dados de Miceli (1988, p. 91-93), esse aspecto é muito menos expressivo entre as famílias de bispos da República Velha.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

caso mineiro uma origem mais urbana associada a famílias com proles menos extensas pôde resultar em adesões não tão maciças dos filhos à carreira religiosa, como demonstra o envolvimento institucional reduzido de membros da família nuclear, o alto índice total de membros do grupo amplo revela o mesmo princípio encontrado no caso dos clérigos gaúchos, isto é, uma integração profissional intensa com a esfera religiosa.

Quadro II. Bispos gaúchos e mineiros: tamanho da família de origem

Nº filhos/período sagração episcopal	até 1965	1966-1980	1981-2002	Mineiros
1-3	--	--	01	01
4-6	01	02	04	03
7-9	01	03	03	07
≥ 10	03	07	09	--
Total conhecido	05	12	17	11
Total	12	16	32	72

Fonte: Elaboração com base em entrevistas, questionários e miscelânea.

Quadro III. Bispos gaúchos e mineiros: grupo familiar e pertencimento institucional à Igreja

Grupo familiar	Nº bispos RS	Nº bispos MG
Nuclear	28	02
Amplo	15	07
Total conhecido	43	09
Total	60	72

Fonte: Elaboração com base em entrevistas, questionários e miscelânea.

Quadro IV. Bispos gaúchos e mineiros: origem geográfica

Local nascimento/ período sagração episcopal	até 1965	1966-1980	1981-2002	Mineiros
Rural	08	08	12	04
Urbana	--	04	04	06
Total conhecido	08	12	16	10
Total	12	16	32	72

Fonte: Elaboração com base em entrevistas, questionários e miscelânea.

O exame detido das origens sociais, geográficas e étnicas – entre outros níveis – de membros da Igreja do Rio Grande do Sul permite vislumbrar, assim, associação extremamente significativa entre reprodução social do corpo clerical e reprodução de grupos familiares. Impedido de se reproduzir biologicamente, o quadro de profissionais da Igreja depende estruturalmente da família e de sua capacidade de produzir e reproduzir condições favoráveis ao recrutamento. Se a família é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações, como afirma Bourdieu (1996, p. 131), as formas de constituição de um capital simbólico de componente religioso também passam largamente por determinantes atrelados a ela.

No entanto, a impossibilidade de reprodução direta de descendentes a quem transmitir o conjunto de recursos sociais e culturais permitindo o surgimento de um projeto vocacional consistente pode explicar, em parte, essa espécie de autorrecrutamento executado por religiosos oriundos de grupos familiares extensos e socialmente homogêneos. Além das perspectivas de trajetórias ascensionais de frações mais significativas desses grupos, a possibilidade de constituir certo capital de notoriedade dentro da instituição religiosa a partir da presença de múltiplos membros

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

da “família” e, inclusive, de potenciais “herdeiros” do capital religioso acumulado por gerações anteriores não está excluída¹⁷.

Considerações finais

A tentativa de empreendimento analítico aqui apresentada procurou conjugar o exame das estreitas conexões entre a produção da vocação religiosa e a reprodução da Igreja católica em contexto específico do extremo sul do Brasil. A análise do complexo investimento católico direcionado a populações majoritariamente rurais ou semirrurais, compostas por famílias muito numerosas, de forte prática religiosa e desprovidas, em sua grande maioria, de recursos sociais significativos tentou demonstrar o sistema de fatores objetivos a agir na produção de abundantes “vocações” religiosas em indivíduos dotados de propriedades sociais bastante homogêneas. Obviamente, como recorda Charles Suaud, o estabelecimento de uma relação estatística entre os indivíduos que declaram “ter vocação” e sua posição na estrutura social não permite que se deduza daí uma relação mecânica de causa e efeito.

Combinado a este procedimento de apreensão das condições sociais da vocação, optou-se igualmente pela investigação das lógicas específicas de produção da crença e de seu modo de imposição dentro do processo mais amplo de elaboração de um projeto de vida religiosa. O

17 À semelhança do fenômeno da constituição de heranças simbólicas na política e nas artes, por exemplo, no caso de carreiras religiosas também observam-se princípios de inscrição individual dos candidatos à herança numa “afinidade” (de “pensamento” e de “concepções”, sobretudo) e de apresentação de relações “privilegiadas”, de “proximidade e de confiança com figuras proeminentes da Igreja (cardeais, bispos e arcebispos, teólogos)”. Esses elementos traduzem-se na ideia de continuidade de um determinado estilo sacerdotal consagrado, inclusive na manutenção de formas de falar e vestir conformes à herança pretendida. Sobre heranças na política, consultar Patriat e Parodi (1992) e Grill (2008). Para elementos desse fenômeno na Igreja, ver Miceli (1988).

lento processo de conversão, ou de transformações subjetivas, vivenciado por indivíduos que vieram a se engajar na profissão religiosa (embora jamais admitida como tal) revela uma série de ações conjugadas, sobretudo no espaço doméstico (mas também na escola primária e na própria igreja), e executadas pela família e por agentes especializados no trabalho de inculcação religiosa. O conjunto de relatos mobilizados pela investigação junto a profissionais da Igreja é contundente ao indicar a constante combinação dessas tarefas pedagógicas relativamente sutis e eufemizadas de construção de percepções subjetivas sobre a religião, a vocação e as oportunidades ofertadas da vida religiosa. Restituem-se, por essa via, as dimensões individual e coletiva do processo vocacional, cuja vivência em nenhum momento deixa de mencionar condições culturais da família e do entorno social com a gênese de um desejo individual de se tornar membro da Igreja católica.

As significativas transformações na estrutura da Igreja e na estruturação social do Rio Grande e do Brasil colocam, no entanto, questões interessantes à investigação sociológica acerca da produção da vocação e da reprodução institucional católica. Embora se disponham de dados claros sobre os efeitos da “crise vocacional” que se seguiu a Vaticano II e, também, sobre tendências do perfil dos recrutados ao serviço religioso (indivíduos mais urbanos, de origem social mais elevada e melhor escolarizados, mais velhos, havendo exercido outras profissões), pouco se sabe sobre os novos mecanismos de recrutamento e de seleção do corpo profissional religioso, bem como de seus efeitos. Questões como o peso de outras experiências de socialização além da esfera familiar e escolar (participação política e associativa, por exemplo) e a intervenção de determinados eventos biográficos (frustração profissional anterior, doenças, orfandade) na formação de disposições sociais favoráveis ao engajamento religioso e, ainda, processos de ruptura e de desengajamento, são alguns elementos a merecer atenção.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

Referências

- AZZI, Riolando. **A Igreja e os migrantes: a aculturação dos italianos e a consolidação da obra escalabriniana no Brasil (1924-1951)**. São Paulo: Paulinas, 1993. Vol. 3.
- BALÉM, João. M. Dioceses Riograndenses. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 4, fasc. 4, dez, 1944.
- BEOZZO, José O. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, L. A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.
- BOHNEN, Aloysio; ULLMANN, Reynhold A. **A atividade dos jesuítas de São Leopoldo (1844-1989)**. São Leopoldo: UNISINOS, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 30: 3–6, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. Sociologues de la croyance et croyances de sociologues. **Archives de Sciences Sociales des Religions**, 63/1 (janviers-mars), 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A economia dos bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. **Raízes práticas**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn**. Paris: Editions du Seuil, 2002.
- CERIS – Centro de Estatística Religiosa e de Investigações Sociais. Dinâmica populacional e Igreja católica no Brasil: 1960-2000. **Cadernos CERIS**, Rio de Janeiro, CERIS, ano 2, n. 3, 2000.
- CNBB Sul-3. Situação e vida dos seminaristas maiores no Brasil. **Estudos da CNBB**, n. 40, 1984.
- CNBB Sul-3. **Pesquisa Vocacional 2001**, 2001. 71 p. Mimeo.
- CORADINI, Odaci L. Os significados da noção de ‘italianos’. In: MAESTRI, M. (coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2ª ed. Porto Alegre: Edufrgs, 1998.
- CORADINI, Odaci L. As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, n. 32, p. 125-144, 2003.
- COSTA, Rovílio. Culto a Maria entre descendentes de italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. Vol. II.
- COSTA, Rovílio. A imigração italiana: minha paixão de cada dia. **Chronos**, v. 29, n. 1, jan./jun., p. 107-110, 1996.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

COSTA, Rovílio. Filó, uma experiência de paraíso. In: MAESTRI, M. (coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2ª ed. Porto Alegre: Edufrgs, 1998.

COSTA, Rovílio et al. **A imigração no Rio Grande do Sul**: vidas, costumes e tradições. Porto Alegre: EST, 1975.

COSTA, Rovílio et al. **Antropologia visual da imigração italiana**. Porto Alegre: EST, 1976.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luís A. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1984.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luís A. **Os capuchinhos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1996.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luís A. Nós, os gringos. In: MAESTRI, M. (coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2ª Ed. Porto Alegre: Edufrgs, 1998.

COSTA, Rovílio; MARCON, Itálico. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1988.

DE BONI, Luís A. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. H. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

FERNANDES, Sílvia R. A. **“Ser padre pra ser santo; ser freira pra servir”**: a construção social da vocação religiosa. Uma análise comparativa entre moças e rapazes no Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

GARCIA JR., Afrânio R. **O Sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero/Cnpq/Unb, 1990.

GREGORY, Affonso F.; RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro de A.; CEVA, Maria H. L. Laicizações do clero no Brasil: estatísticas e interpretações. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 29, fasc. 4, 1969.

GRILL, Igor G. **“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul e no Maranhão**. São Luís: Edufma, 2008.

JARDIM, Maria de L. T. **Um século de população no Rio Grande do Sul: 1900-2000**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Edufrgs; Florianópolis: Edufsc; Caxias do Sul: EducS, 2001.

LAMBERT, Yves. **Dieu change en Bretagne**: la religion à Limerzel de 1900 à nos jours. Paris: Les Éditions du Cerf, 1985.

LAUFER, Federico. A Igreja Católica de 1912 a 1957. **Enciclopédia Rio-Grandense**, Canoas, Editora Regional, v. 4., 1957.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. 2ª ed. Porto Alegre: EST, 1991.

MARIN, Jérri R. **“Ora et labora”**: o projeto de Restauração Católica na ex-colônia Silveira Martins. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

MEDEIROS, Kátia M. C.; FERNANDES, Sílvia R. A. (org.). **O padre no Brasil**: interpelações, dilemas e esperanças. São Paulo: Loyola, 2005.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOCELLIN, Maria C. Itália: o elo rompido agora reatado. **Chronos**, v. 29, n. 1, p. 82-87, 1996.

OLIVEIRA, Pedro de A. R. de. O papel do padre – 1968-2004. In: MEDEIROS, K. M. C.; FERNANDES, S. R. A. (org.). **O padre no Brasil**: interpelações, dilemas e esperanças. São Paulo: Loyola, 2005.

PATRIAT, Claude ; PARODI, Jean-Luc (orgs.). **L'hérité en politique**. Paris: Economica, 1992.

PIERUCCI, Antônio F. “Não é ele o filho do carpinteiro?": Origem sociocultural do clero católico. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. F. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RABUSKE, Arthur. Nova fisionomia da Igreja no Rio Grande do Sul, a partir de 1850. **Renovação**, Porto Alegre, CNBB Regional Sul-3, n. 122, nov., p. 15-20, 1978a.

RABUSKE, Arthur. **Os inícios da colônia italiana no Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1978b.

RABUSKE, Arthur. Os inícios da República brasileira e a Igreja Católica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 126, p. 117-140, 1989.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**: época imperial (1822-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 2 v.

SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica do Rio Grande do Sul**. 2003. 506 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do ‘catolicismo imigrante’. **Pensamento Plural**, v. 2, p. 77-104, 2008a.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 240-272

SEIDL, Ernesto. Mediação cultural e elaboração identitária: a constituição de “intérpretes da história e da cultura” no extremo sul do Brasil. In: LEITE, R. P. de S. (org.). **Cultura e vida urbana**: ensaios sobre a cidade. São Cristóvão: Edufs, 2008b.

SEIDL, Ernesto. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, 2009.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SUAUD, Charles. Contribution à une sociologie de la vocation: destin religieux et projet scolaire. **Revue Française de Sociologie**, XV, p. 75-111, 1974.

SUAUD, Charles. Splendeur et misère d'un petit séminaire. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 4, p. 66-71, 1976.

SUAUD, Charles. **La vocation**: conversion et reconversion des prêtres ruraux. Paris: Minuit, 1978.

ZAGONEL, Carlos A. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST, 1975.

Recebido em: 19/07/2011

Aceite final: 27/10/2011